



Anais da Assembléia

Nº 42

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 17 DE ABRIL DE 1996

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA

2º Secretário - PFL

EDGARD BUENO

3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI

4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB	Deputado TOTI COLAÇO
PFL	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB	Deputado NELSON JUSTUS

Representação Partidária

PDT — 11: Algaci Túlio - Edgard Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Belinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Miltinho Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; PSDB — 10: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Silva Lino - Jocelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; PMDB — 10: Durval Amaral - Cleiton Kielse - José Tavares - Calto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PTB — 07: Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hermas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; PPB — 06: Duílio Genari - Neivo Beraldin - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; PFL — 05: Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Remy Borsatto - Plauto Miró Guimarães; PT — 05: Angelo Vanhoni - Pércles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 10ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 1996
(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Neivo Beraldin, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

As dezesseis horas e quinze e minutos é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Flávio Busch, Emerson Nerone, Doutor Posinha, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Turreck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmias da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 1051

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a votação em bloco das proposições constantes da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 17.04.96.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Não há oradores inscritos para o Pequeno e

Grande Expedientes, nem para o Horário das Lideranças.

Passa-se à

ORDÉM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando votação em bloco das proposições constantes da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 002/96, veto apostado ao Projeto de Lei nº 370/95, de autoria do Deputado Edgar Bueno, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Cascavel. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

Ofício/CIL/SEEG nº 285/95.

Curitiba, 21.12.95.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 203/95, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 370/95, em razão do fato de a entidade nele mencionada já ter sido declarada de Utilidade Pública, através da Lei nº 7.721, de 30 de junho de 1983.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 370/95 encontra-se publicado no D.A. nº 119, de 20.09.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO VETO Nº 02/96

PARECER:

A proposição em apreço, refere-se ao veto apostado ao Projeto de Lei nº 370/95, de autoria do nobre Deputado Edgar Bueno, que objetiva declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI de Cascavel.

Em suas razões de veto, o Senhor Governador do Estado assevera que a entidade

em questão já foi declarada de Utilidade Pública, através da Lei n° 7.721, de 30 de junho de 1983.

Desta forma e considerando, ainda, que a negativa de sanção ocorreu dentro do prazo constitucional (art. 71, § 1° da C.E.), a proposição encontra-se em condições de ser submetida à apreciação plenária.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.02.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 008/96, veto aposto ao Projeto de Lei n° 177/95, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que institui o Dia da Cultura Racional no Estado do Paraná, a ser comemorado no dia 07 de junho. COM RELATÓRIO DA C.C.J. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

Ofício/CTL/SEEG n° 011/96.

Curitiba, 17.01.96.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 119/95, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 177/95, por julgá-lo contrário ao interesse público por se tratar de uma cultura que se desenvolve a nível internacional, não havendo, portanto, razão que justifique a instituição isolada de data alusiva à dita cultura, no Estado do Paraná.

Essa a razão que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) EMILIA BELINATTI

Governadora do Estado, em exercício
(O Projeto de Lei n° 177/95 encontra-se publicado no D.A. n° 54, de 22.05.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO VETO N° 08/96

P A R E C E R:

A presente proposição tem por finalidade vetar o Projeto de Lei n° 177/95, de autoria do nobre Deputado Algaci Túlio, que institui o "Dia da Cultura Racional no Estado do Paraná", a ser comemorado anualmente no dia 07 de junho.

O veto foi apresentado dentro do prazo legal e está perfeitamente de acordo com a legislação pertinente.

Nestas condições, opinamos pela apre-

ciação desta Proposição Veto pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.03.96

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

PASÍLIO ZANUSSO - Relator

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 013/96, Veto Aposto ao Projeto de Lei n° 386/95, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que institui a semana de doação de sangue no âmbito do Estado do Paraná, conforme específica. COM RELATÓRIO DA C.C.J. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

Ofício/CTL/SEEG N° 017/96

Curitiba, 17.01.96

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 282/95, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 386/95, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo instituir a Semana de Doação de Sangue, a ser realizada todo ano, sob a supervisão das Secretarias de Estado da Educação e da Saúde.

Embora reconhecida a louvável preocupação do legislador sobre o assunto, o projeto de lei em referência não pôde merecer acolhimento por razões de ordem técnica abordadas pela Secretaria de Estado da Saúde, no adiante transcrito pronunciamento:

"O Projeto de Lei se baseia no princípio legítimo de estimular a população ao hábito de doar sangue. Equivoca-se porém o proponente em criar a Semana de Doação de Sangue, posto que irá se arrecadar volumes de sangue muito superiores ao consumo, criando estoques de produto que não podem ser conservados por prazo longo, exceto alguns de seus componentes, levando a perda de tão nobre material. É oportuno lembrar que o público escolar objetivado neste Projeto de Lei, não pode doar sangue, posto que em sua maioria, são menores de 18 anos, ou seja, ainda em fase de desenvolvimento pôndero-estatural, época na qual não é recomendada doação de sangue."

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) EMILIA BELINATTI

Governadora do Estado, em exercício

(O Projeto de Lei n° 386/95, encontra-se publicado no D.A. n° 128 de 03.10.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO N° 13/96

P A R E C E R:

A proposição em tela traz um veto aposto ao Projeto de Lei n° 386/95, que foi comunicado a esta Casa pelo Senhor Governador do Estado, através do Ofício n° SEEG/17/96, daí decorrendo o prazo constitucional para a devida apreciação por esta Assembléia Legislativa.

A negativa governamental foi proferida dentro do prazo legal estabelecido pela Constituição Estadual. O Chefe do Poder Executivo vetou o referido projeto conforme atribuição constitucional e pelas razões de ordem técnica abordadas pela Secretaria de Estado da Saúde, que considerou que irá se arrecadar volumes de sangue muito superiores ao consumo, criando-se assim, estoques de produto que não pode ser conservado por longo período, levando-se a perda de tão rico material. Outrossim, em suas ponderações, a Secretaria de Estado acima referida afirmou da inviabilidade de doações de sangue por menores de 18 anos (como desejado no projeto), por não ser recomendada devida a fase de desenvolvimento pôndero-estatural dos mesmos.

Diante do exposto, a matéria se encontra em condições de ser submetida à consideração do Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.04.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Os Senhores Deputados que forem favoráveis à manutenção dos vetos, deverão votar com a cédula que contém a expressão "SIM".

Os contrários à manutenção do veto, deverão se manifestar utilizando a cédula que contém a expressão "NÃO".

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem)
- Queria só dizer a Vossa Excelência que quero elogiar a lucidez da vice-Governadora que, no exercício do cargo, vetou o Projeto de Lei n° 177/95, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que queria instituir no Paraná, o Dia da Cultura Racional. A vice-Governadora fez um ato de extrema inteligência, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Solicito ao Senhor 1° Secretário que faça a chamada dos Senhores Deputados.

(É feita a chamada para votação).

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Votaram 43 Senhores Deputados.

Convidamos o Deputado Edson Lino, Deputada Irondi Pugliesi e o Deputado Luiz Claudio Romanelli, para que façam parte da Comissão Escrutinadora.

Também vamos convocar o Deputado Valdir Rossoni, para que faça também acompanhamento...

Votaram 43 Senhores Deputados.

Trinta e cinco (35) com a expressão "SIM".

Seis (06) com a expressão "NÃO".

Um (01) voto nulo.

Um (01) voto em branco.

Esta Presidência quer agradecer a presença do ex-Prefeito de Antonina, Doutor Leopoldino.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de abril de um mil novecentos e noventa e seis, reuniu-se na Sala de Reuniões da Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Joel Coimbra e com a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Justus, Luiz Claudio Romanelli, José Maria Ferreira, Walmor Trentini, Basílio Zanusso, Antonio Annibelli, Emerson Nerone, Dr. Rosinha, Irondi Pugliesi, Geraldo Cartário, Carlos Simões, Antonio Belinati, José Tavares e mais o Deputado Algaci Túlio. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, aprovando a ata da reunião anterior, após colocá-la em discussão e votação. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 382/95, do Deputado Luiz Carlos Martins, Parecer FAVORÁVEL à Emenda, do Deputado Nelson Justus - APROVADO. 02) Projeto de Lei n° 71/96, dos Deputados Renato Adur e Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus. O Deputado Emerson Nerone apresenta voto em separado no sentido de que a matéria seja convertida em diligência junto à Secretaria de Estado dos Transportes. O Senhor Presidente submete o pedido em votação - APROVADO. 03) Proposição Veto n° 13/96, do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO. 04) Projeto

de Decreto Legislativo nº 03/96, da Comissão Executiva. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO. 05) Projeto de Lei nº 59/96, do Deputado Dr. Rosinha. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Antonio Belinati. O Deputado Florisvaldo Fier solicita a palavra e cita os artigos 20, XI, da Constituição Federal, onde diz que as terras ocupadas pelos indígenas são consideradas da União; 231, V, da Constituição Federal: veda a remoção de grupos indígenas de suas terras, salvo referendo do Congresso Nacional; 232, da Constituição Federal: confere aos índios legitimidade para ingressarem em juízo em defesa de seus direitos e interesses, sempre com assistência do Ministério Público no foro obrigatório da Justiça Federal (109, XI, da Constituição Federal). Ressalta também que o Estatuto dos Índios, no artigo 235, 232, que a questão indígena não se refere somente às terras, mas também aos seus parâmetros culturais, suas ligações culturais e fere-se quando se quer transferi-los para uma área em desacordo com suas vontades. O Deputado José Tavares diz ter ouvido atentamente o relato do Deputado Antonio Belinati e as colocações do Deputado Florisvaldo Fier e diz ter respeito pela comunidade indígena, uma vez que foi constituinte na época e dedicou parte do seu mandato a análise dessa matéria. Diz estar em discussão aqui somente a legalidade da matéria, do projeto apresentado e a Constituição Estadual no seu artigo 19, trata da criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios, e a reserva indígena em questão faz parte do Município de Tamarana. O Deputado José Tavares esclarece que deve-se obedecer a Constituição quando dispõe que Lei Complementar deve reger essa questão, e que a criação de municípios e as suas alterações territoriais somente poderão ser feitas até 31/12 do ano anterior ao da eleição municipal. O Deputado Luiz Claudio Romanelli diz que essa Comissão tem o dever de discutir o mérito quando se trata de criação de município, segundo o Regimento Interno e soma-se ao Deputado Florisvaldo Fier por ser o projeto oportuno, garantindo o direito da comunidade indígena. O Deputado Emerson Nerone menciona o artigo 226 da Constituição Estadual e diz que a Assembleia Legislativa gerou esse problema quando foi criado tal município. Diz que a Assembleia Legislativa do Paraná, irá ser alvo de noticiários nacionais por ter desrespeitado os direitos fundamentais da comunidade indígena, uma vez que não se quer ir contra uma lei criada aqui mesmo. O Senhor Presidente coloca em votação o parecer contrário do Deputado Antonio Belinati - APROVADO, com voto contrário dos Deputados Luiz Claudio Romanelli, Emerson Nerone e Carlos

Simões. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrados os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Ana Lucia Andretta, advogada e Secretária de Comissão.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 13ª LEGISLATURA
ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de abril de um mil novecentos e noventa e seis, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Joel Coimbra e com a presença dos seguintes Deputados: Luiz Claudio Romanelli, José Tavares, Caíto Quintana, Doutor Rosinha, Nelson Justus, Walmor Trentini, Irondi Pugliesi, Geraldo Cartário, Carlos Simões, César Seleme, José Maria Ferreira, Antonio Belinati e mais o Deputado Algaci Túlio. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, aprovando a ata da reunião anterior, após colocá-la em discussão e votação. O Senhor Presidente solicita aos Deputados que relatem preferencialmente os Projetos com Regime de Urgência, cumprindo assim o Regimento Interno. Passa-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 59/96 do Deputado Florisvaldo Fier. Parecer CONTRÁRIO à Emenda nº 01 de Plenário, do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO com voto contrário dos Deputados Nelson Justus, Basílio Zanusso e José Tavares. Parecer CONTRÁRIO à Emenda nº 2 de Plenário, do Deputado Luiz Claudio Romanelli - REJEITADO por 7x6 votos; 02) Projeto de Lei nº 45/96 do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 115/96 do Tribunal de Justiça. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Tavares - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 116/96 do Tribunal de Justiça. O Senhor Presidente diz que o Regimento Interno não prevê concessão de vistas em projetos com Regime de Urgência, mas devido a relevância da matéria, consulta o Plenário se devem abrir exceção - DEFERIDO. O Senhor Presidente esclarece que esse projeto de lei foi apresentado ao Ministério Público, OAB-PR e foi solicitado alternativas ao invés de críticas. O Deputado Nelson Justus sugere que seja marcada nova reunião, pois não está sendo dado andamento nos Projetos nessa Comissão, em vista de maté-

rias polêmicas. O Senhor Presidente con-
 va Reunião Extraordinária para amanhã, às
 13:30 horas. O Deputado Florisvaldo Fier
 sugere que seja convocado o Presidente da
 OAB para debater o Projeto de Lei n°
 116/96 nessa Comissão. O Senhor Presidente
 agendará tal convocação. Nada mais havendo
 a tratar, o Senhor Presidente deu por en-
 cerrado os trabalhos, dos quais para

constar e produzir efeitos legais, lavrei
 a presente Ata, que após lida e aprovada
 será assinada pelo Senhor Presidente, pe-
 los Senhores Deputados e por mim, Ana Lu-
 cia Andretta, Advogada e Secretária de Co-
 missão.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
 Ana Lucia Andretta - Secretária